REVISTA DIGITAL ACADÊMICO MUNDO

# A INGERÊNCIA CHINESA NA ÁFRICA SUBSAARIANA: ENTRE A COOPERAÇÃO E O NOVO PADRÃO DE DEPENDÊNCIA COM ANGOLA

# CHINESE INTERFERENCE IN SUB-SAHARAN AFRICA: BETWEEN COOPERATION AND A NEW PATTERN OF DEPENDENCE WITH ANGOLA

# LA INJERENCIA CHINA EN ÁFRICA SUBSAHARIANA: ENTRE LA COOPERACIÓN Y EL NUEVO PATRÓN DE DEPENDENCIA CON ANGOLA

10.56238/ramv20n16-023

**João Carlos Roxo**
Mestrando em Ensino da História de África
Instituição: Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla)
E-mail: joaocarlosroxo10@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-9691-852X

**Mário Charle Hossi**
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd)
Instituição: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
E-mail: charleshossi88@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0001-0653-0753
Lattes: https://lattes.cnpq.br/3540673415735603

**RESUMO**
Neste texto pretende-se descrever a cooperação sino-angolana a luz do novo padrão de dependência. A relação Angola e China começou no século XX, mas ganhou força após 2002, com linhas de crédito e contratos de cooperação para reconstrução pós-guerra civil. O interesse da China em Angola ligado à busca por petróleo e matérias-primas em troca de investimentos em infra-estrutura (estradas, hospitais, escolas, caminhos-de-ferro), levou a China a conceder variadíssimos empréstimos bilionários a Angola, com juros baixos e prazos longos, mas condicionados ao uso de empresas e mão-de-obra chinesas, criando dependência económica para o estado angolano. Desta relação bilateral, houve melhorias em mobilidade e infra-estrutura, mas a predominância de trabalhadores chineses reduziu oportunidades de emprego para angolanos, limitando benefícios sociais, como também remeteu Angola numa situação de forte dependência da exportação de petróleo para a China, o que fragiliza sua economia diante da volatilidade do mercado internacional, outrossim, a China, enquanto potência emergente, dita os termos da cooperação, restringindo a autonomia angolana e reforçando padrões de dependência económica e tecnológica originando problemas como o déficit comercial, baixa diversificação produtiva e críticas de neocolonialismo. Contudo, apesar dos avanços na reconstrução, a cooperação não se traduz em desenvolvimento socioeconómico inclusivo, assim, o estudo sugere que Angola precisa redefinir os termos da parceria, priorizando diversificação económica e valorização da mão-de-obra nacional.

**Palavras-chave:** Angola. China. Cooperação. Relações Bilaterais.

**ABSTRACT**
This text aims to describe Sino-Angolan cooperation in light of the new pattern of dependency. The relationship between Angola and China began in the 20th century, but gained strength after 2002, with lines of credit and cooperation agreements for post-civil war reconstruction. China's interest in Angola, linked to the search for oil and raw materials in exchange for infrastructure investments (roads, hospitals, schools, railways), led China to grant numerous multi-billion-dollar loans to Angola, with low interest rates and long terms, but conditioned on the use of Chinese companies and labor, creating economic dependence for the Angolan state. From this bilateral relationship, there have been improvements in mobility and infrastructure, but the predominance of Chinese workers has reduced employment opportunities for Angolans, limiting social benefits, and has also relegated Angola to a situation of strong dependence on oil exports to China, which weakens its economy in the face of the volatility of the international market. Furthermore, China, as an emerging power, dictates the terms of cooperation, restricting Angolan autonomy and reinforcing patterns of economic and technological dependence, leading to problems such as the trade deficit, low productive diversification, and criticism of neocolonialism. However, despite the advances in reconstruction, cooperation does not translate into inclusive socioeconomic development. Thus, the study suggests that Angola needs to redefine the terms of the partnership, prioritizing economic diversification and valuing the national workforce.

**Keywords:** Angola. China. Cooperation. Bilateral Relations.

**RESUMEN**
Este texto tiene como objetivo describir la cooperación sino-angoleña a la luz del nuevo patrón de dependencia. La relación entre Angola y China comenzó en el siglo XX, pero se fortaleció después de 2002, con líneas de crédito y acuerdos de cooperación para la reconstrucción posterior a la guerra civil. El interés de China en Angola, vinculado a la búsqueda de petróleo y materias primas a cambio de inversiones en infraestructura (carreteras, hospitales, escuelas, ferrocarriles), llevó a China a otorgar numerosos préstamos multimillonarios a Angola, con bajas tasas de interés y plazos largos, pero condicionados al uso de empresas y mano de obra chinas, lo que generó dependencia económica para el Estado angoleño. De esta relación bilateral se han derivado mejoras en la movilidad y la infraestructura, pero el predominio de trabajadores chinos ha reducido las oportunidades de empleo para los angoleños, limitando los beneficios sociales, y también ha relegado a Angola a una situación de fuerte dependencia de las exportaciones de petróleo a China, lo que debilita su economía ante la volatilidad del mercado internacional. Además, China, como potencia emergente, impone las condiciones de cooperación, restringiendo la autonomía angoleña y reforzando los patrones de dependencia económica y tecnológica, lo que genera problemas como el déficit comercial, la escassa diversificación productiva y las críticas al neocolonialismo. Sin embargo, a pesar de los avances en la reconstrucción, la cooperación no se traduce en un desarrollo socioeconómico inclusivo. Por lo tanto, el estudio sugiere que Angola necesita redefinir las condiciones de la alianza, priorizando la diversificación económica y valorando la fuerza laboral nacional.

**Palabras clave:** Angola. China. Cooperación. Relaciones Bilaterales.

## 1 INTRODUÇÃO

A emergência da China como actor relevante no estudo das RI tornou-se questão de debate e matéria entre diversos intelectuais das Relações Internacionais, das Ciências Económicas e Sociais, entre outros. No presente ensaio sobre *"A Ingerência Chinesa na África Subsaariana: Entre a Cooperação e o Novo Padrão de Dependência Com Angola"* conseguimos perceber que a relação entre os dois estados apesar de ser antiga, ganhou grande valor a partir do ano de 2002, pois, foi a partir deste ano que a cooperação bilateral entre os dois países se fortaleceu e se fortificou, com contrato de Cooperação para o Desenvolvimento, entre o Banco de Construção, o Banco para a Exportação e Importação chinesas (EXIBANK) e o Estado angolano. Outrossim, o estudo tem sua importância simbólica, pois permite-nos analisar o papel que o gigante asiático teve para reconstrução do Estado angolano no pós-guerra civil (2002 a diante). Através desse acostamento, a China estreitou a sua relação com Angola, o que permitiu uma maior quantidade de empresas chinesas a operarem no território angolano e uma grande transferência da mão-de-obra chinesa neste país da África Subsaariana.

Ficou claro ao longo do texto que existe uma profunda dependência económica de Angola face a China, o que representa graves problemas para sua economia, pois qualquer crise ou alteração nas relações bilaterais significa impactos profundos para o país africano. Todavia, a relação sino-angolana revela um conjunto de assimetrias que se configuram num conjunto de vulnerabilidades económicas e financeiras que podem limitar a autonomia decisória do Estado angolano.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANA

O continente africano tem recebido ultimamente significativa atenção de um gigante, "China", que caminha rumo à posição de potência global da Ásia. Destarte, fizemos uma colecção de vários autores que terão tratado sobre a ingerência chinesa em África, no caso particular de Angola. Para sustentar esta parte seleccionamos os seguintes autores: San´t Anna (2008), Ribeiro (2010), Tchinhama (2020), Alfredo (2023).

De acordo com San´t Anna (2008), a ingerência chinesa em África deve-se a grande quantidade de recursos energéticos que esse continente apresenta, esse factor faz com que o colosso desloca suas acções nesta parte do globo. No caso de Angola, o envolvimento do gigante asiático tem como divisa numa relação tripartite em que a ajuda, o comércio e o investimento se complementam, outrossim, a autora deixa antever que a acção da China em Angola não se limita apenas a área de petróleo e recursos naturais, mas, se estende a outros demais investimentos como: infra-estruturas, projectos de construção de escolas, hospitais, caminhos-de-ferro e moradias.

Ribeiro (2010), evidencia que a "fome" chinesa pela obtenção de recursos naturais tem levado o país a fortes aproximações diplomáticas com diversos países e continentes. No caso de Angola, uma

ISSN: 2318-1494

das acções primordiais da acção chinesa deveu-se no reparo de infra-estruturas angolanas danificadas durante o longo período de guerra civil.

Em pormenor, o autor epiloga que:

> "Em África essa ingerência é bastante acentuada na forma como o gigante tem vindo a administrar as suas relações externas no tocante ao acesso a recursos. Assim, para o sucesso da sua empreitada geopolítica, o governo chinês providenciou a formação de um Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), que forneceu largos fluxos financeiros da China para os países africanos, sem condicionalidades, e aquisições em grande escala de petróleo e matérias-primas para a manutenção da sua economia" (Ribeiro, 2010, p. 26).

No mesmo diapasão, Alfredo (2023, p. 2), em concordância com as abordagens feitas por San´t Anna e Ribeiro, salienta que com o fim da guerra civil angolana em 2002, e a rejeição do pedido de ajuda pelos países doadores "ocidentais", a política externa chinesa encontrou um consorte em busca de auxílio, neste sentido as relações entre Angola e China têm rendido amplo respaldo nos últimos anos, especialmente no campo de infra-estruturas, levando a China desempenhar papel significativo no financiamento e na construção de planos de infra-estrutura em Angola, contribuindo para o desenvolvimento económico e social do país.

Diante das discussões feitas pelos autores citados no cimo do texto, Tchinhama (2020), postula que a relação entre China e Angola insere-se num pacote de acções que esse país desenvolveu para o continente africano, sobretudo em finais das décadas dos anos 90s e no início do século XXI, todavia, a aproximação entre o gigante asiático com países como Angola e não só, circunscrevem-se na necessidade de obter cada vez mais matérias-primas para sustentar o grande crescimento económico da sua indústria, e a África sendo um grande reservatório de riquezas naturais, passou a ter uma grande importância do ponto de vista económico-financeiro para o país asiático.

Das abordagens feitas pelos autores citados conclui-se que, embora a presença económica da China em Angola seja significativa, o país continua a apresentar um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse cenário decorre de uma histórica má distribuição das riquezas, o que obriga Angola a recorrer com frequência a financiamentos externos para sustentar a sua economia. Além disso, destaca-se que a China não interfere nas políticas internas dos países onde investe, desde que os acordos sejam respeitados, diferentemente de outros doadores que costumam impor condições adicionais.

## 3 BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS

As relações entre China e Angola não são novas, elas têm o seu marco em meados do século XX, com acordos comerciais e diplomáticos que se foram fortalecendo ao longo do tempo "até os dias de hoje". Foi durante as décadas de 1980s e 90s que se deu a forte cooperação entre o governo Chinês

e o angolano, *a priori*, essa cooperação integraria Angola na lógica de parcerias Sul-Sul[1]. Vê-se que, no princípio do século XXI "ano 2000" as relações entre os dois estados ganharam novas nuances, com investimentos mais largos, sobretudo após a guerra civil, marcando um ponto de viragem nas trocas comerciais entre os dois estados[2]

A cooperação entre a China e Angola no passado foi instável, por diversas razões. Para a China, a sua inserção internacional oscilou bastante dada a sua cooperação com a antiga URSS (1949-62), isolamento (1962-71), a aproximação com os EUA (1971-89), e, por fim, devido ao seu crescimento autónomo (pós 1989). Do lado angolano essa oscilação deveu-se a incerteza da diplomacia chinesa e a mudança de cenários de apoiar, em certa medida, momentos diversos o MPLA (Movimento de Libertação Nacional de Angola), ora a UNITA (União Nacional Para a Independência Total de Angola), e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

Outro factor dessa oscilação está com a postura que a diplomacia chinesa teve em reconhecer rapidamente as independências das ex-colónias portuguesas (Guiné Bissau e Moçambique em 1975 e Cabo Verde em 1976), à excepção de Angola (Pautasso, 2010).

Para Parra (2025), a cooperação bilateral entre os dois estados ganha grande relevância a partir do ano 2002, e foi precisamente neste período que se estabelece e se fortalece, com contrato de Cooperação para o Desenvolvimento, entre o Banco de Construção, o Banco para a Exportação e Importação Chinesas (EXIBANK) e o angolano, estimado na ordem dos 150 milhões de dólares. E, no ano seguinte, "2003", a República Popular da China (RPC), abriu uma linha de crédito de dois bilhões de USD para investimentos em Angola, que se destinaram no campo da Cooperação para o Desenvolvimento local.

Nesse contexto, Angola se tornaria prioridade no continente africano por ser um dos maiores exportadores de petróleo para a República Popular da China. De acordo com a Atlas Economic Complex de 2021, o país africano exportou 60% do seu petróleo para a China, com isso é possível perceber a relação entre o petróleo e as linhas de crédito disponibilizadas ao país africano (Pereira, 2020).

Deste modo, o início do século XXI marca uma nova abordagem nas relações entre os dois estados, como referenda Pautasso (2020), as relações sino-angolanas cresceram de forma muito expressiva, bem como as sino-africanas de forma geral. Todavia, o comércio entre a China e o continente africano ultrapassou os 4 bilhões para 107 bilhões de dólares em pouco mais de uma década

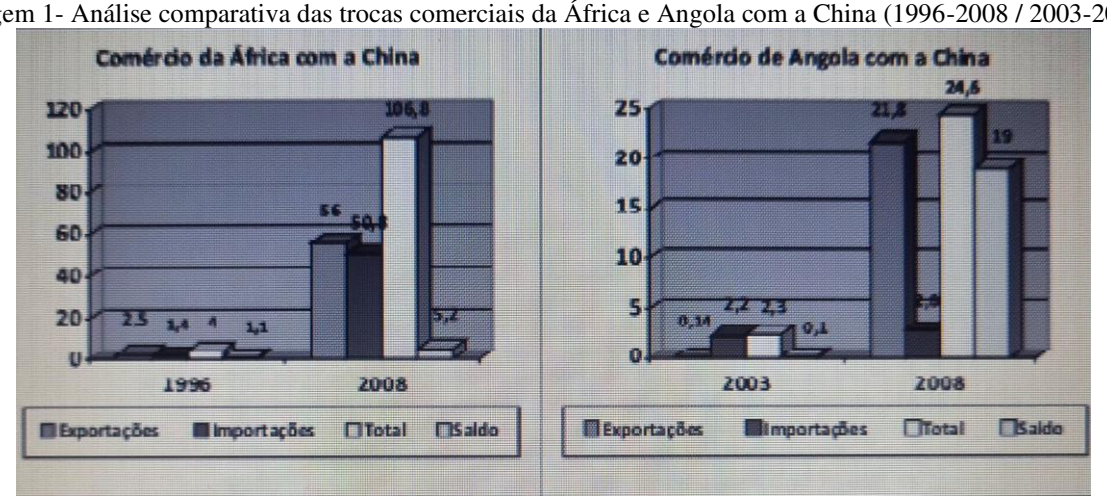
[1] É um conceito novo nas relações internacionais, mas que a sua história é antiga. O conceito diz respeito a solidariedade entre países em via de desenvolvimento. Em um primeiro momento denominou-se de CTPD (Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento), depois para CEPD (Cooperação Económica entre Países em Desenvolvimento), todavia, o conceito Sul- Sul evoluiu em vários fóruns, tanto de âmbito de internacional, regional, bilateral, de acordo a especificidade de cada país (Cabana, 2014, p. 11).

[2] https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_entre_Angola_e_China Acesso aos 20 de Maio de 2026.

(1998-2008), no caso de Angola, esse comércio teve um dinamismo ainda maior, crescendo 58 vezes em meia década (2003-08), passando de 2,3 bilhões para 25,4 bilhões de dólares, com saldo de 22,9 bilhões para Angola só em 2008. Esse crescimento fez de Angola o maior fornecedor de petróleo para a China e o maior parceiro comercial a nível do continente africano.

Os dados que acabamos de elencar serão melhor compreendidos na imagem que se segue.

Imagem 1- Análise comparativa das trocas comerciais da África e Angola com a China (1996-2008 / 2003-2008).




Fonte: Elaborado por João Carlos Roxo, aos 20 de Maio de 2026, com recurso a inteligência artificial.

Conforme ilustrado nas linhas anteriores, as relações entre a China e Angola não são novas, porém, tiveram alguns momentos de oscilação dado ao contexto histórico que os dois países viveram, mas apesar disto, elas ganharam maior importância com o fim da guerra civil que afectou este país da África Subsaariana durante 27 anos (Zego, 2010). Logo, com a morte de Jonas Savimbi em 2002 a cooperação entre os dois estados desenvolveu de forma exponencial, sendo que, Angola passou a ser o maior fornecedor de petróleo da China e o maior parceiro comercial no continente africano.

## 4 FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E CRÉDITOS

A China está hoje presente de forma visível em quase todos os países africanos, com destaque para os países da África Subsaariana. A sua acção adaptada e adequada às necessidades e circunstâncias de cada país fazem dela um parceiro formidável de vários governos, em particular aqueles governos politicamente fracos ou dominados pela corrupção, como o são grande parte dos países africanos (Tchinhama, 2020, p. 40).

Após anos de guerra fratricida, com o país e infra-estruturas destruídas, o presidente José Eduardo dos Santos procurou negociar com instituições financeiras internacionais (principalmente o FMI), com o objectivo de reconstruir a nação. Todavia, devido a um conjunto de condicionalidades, o organismo fez severas exigências em relação à adopção de medidas de austeridade e transparência. Esta posição do FMI e de outros credores internacionais levou o chefe de Estado angolano a recorrer a outras linhas de financiamentos, neste quesito surge a China como o parceiro ideal.

ISSN: 2318-1494

Assim, em Março de 2004 deu-se a primeira linha de crédito da China para Angola, numa primeira fase o governo chinês disponibilizou um valor abissal de cerca de 2 bilhões de USD, este montante destinava-se ao financiamento na reconstrução da infra-estrutura petrolífera angolana destruída durante o período de guerra com juros de 1,5% ao ano e prazo de 17 anos para pagamento, em troca de um suprimento de 10 mil barris/dia de petróleo “crude", volume que seria elevado posteriormente para 40 mil barris/dia. Além disso, oferecia também contratos para a realização de obras de infra-estrutura. Destarte, a condição imposta por Pequim para o pagamento desta dívida era de que os primeiros U$ 2 bilhões liberados fossem aplicados no desenvolvimento de projectos em que 70% das obras ficassem a cargo de empresas chinesas (Mendonça, 2011, citado por Tchinhama, 2020).

> As relações bilaterais entre Angola e China começaram a dar os primeiros passos muito antes do fim da guerra civil, porém, o seu auge decorreu nas décadas dos anos 2000, com o comércio bilateral entre os dois países ultrapassando a cifra dos 1,8 mil milhões de dólares até ao final de 2005, e de 6,9 mil milhões de dólares em 2016 (Rosinha, 2009, p. 54).

Todavia, as linhas de crédito da China contribuíram para a recuperação de três principais linhas de caminhos-de-ferro do país, nomeadamente (de Benguela, Luanda e o de Moçâmedes); obras de recuperação do aeroporto internacional de Luanda e um novo aeroporto na região central da província de Benguela. Estes financiamentos foram oferecidos pelo China Development Bank (CDB) e pelo China Export and Import Bank (Exim Bank), ambos estatais

Em 2007, as trocas comerciais duplicaram substancialmente, tendo estas atingido os 12 mil milhões de dólares entre os dois países, tornando Angola no maior parceiro comercial da China em África. Em 2008 dada a conjuntura económica, impulsionada pelo “boom” do petróleo, o comércio volta a crescer cerca de 79% em relação a 2007 (Tchinhama, 2020). Mas, em 2009, na sequência da crise global, registou-se um declínio. No entanto, no início de 2010, Zhang Bolun (Embaixador da China em Angola) sustentou que «apesar dos problemas financeiros, Angola continua a ser o primeiro parceiro comercial da China em África, ocupando o primeiro lugar.

As linhas de crédito concedidas pela China em Angola baseiam-se na assistência financeira em troca de recursos naturais, outrossim, as mesmas têm um prazo de 17 anos, com um período de carência que pode prolongar-se até 5 anos e uma taxa de juro anual de 1,5%. No entanto, a autora deixa antever que, para cada projecto, o governo chinês propõe 3 a 4 empresas chinesa a operarem nestes projectos (Rodrigues, 2021).

Para muitos estados a ajuda externa tornou-se um meio tradicional para obter receitas extraordinárias e, para outros, constitui a sua principal fonte de rendimentos, e apesar dos ganhos que se obtém em torno destes financiamentos, essas dívidas acabam por apresentar um risco sério na economia dos países credenciados, já que, os valores das linhas de crédito dificilmente saem dos países que as concedem e no final do dia o país receptor tem que pagar os valores do empréstimo; esse é um

dos defeitos de todos os financiamentos, seja de que país for. No entanto algumas vantagens podem ser destacadas, como evidencia Visentini:

> Os pontos positivos são o crescimento económico que os países africanos vêm passando e o investimento pesado em infra-estrutura, algumas vezes negligenciado pelos europeus. Por outro lado, maior parte dos Estados tem um pesado déficit comercial com a China. Por exemplo, países como Angola importam muito mais do que a média, e há críticas à qualidade de produtos chineses. Há quem argumente, ainda, que essa tentativa não passaria de uma espécie de neo-imperialismo à moda chinesa, e que a concessão de empréstimos sem a exigência de garantias político-institucionais favorece ditaduras (Visentini, 2010, p. 20).

## 5 IMPLICAÇÕES SOCIOECONÓMICAS PARA ANGOLA

É patente que uma das implicações positivas da China em Angola foi a relativa melhoria da mobilidade social. A título de exemplo, entre os anos 2004-2005, após o fim da guerra civil, as estradas, caminhos-de-ferro e aeroportos encontravam-se inoperáveis ou em péssimo estado; tornando difícil o tráfego de pessoas e mercadorias nas diferentes regiões do país, especificamente nas vias entre os municípios do Lubango, Matala, Jamba e Cuvango. As infra-estruturas económicas e sociais como as estradas, linhas férreas, aeroportos, escolas e hospitais só foram possíveis devido aos recursos que vieram da China (Tchinhama, 2020).

Apesar dos grandes investimentos que o gigante asiático tem vindo a desenvolver nos últimos anos, não podemos descorar a ideia de que essa parceria acarreta consigo várias implicações. Uma dessas implicações é que as empresas chinesas quando cá chegam trazem a sua mão-de-obra, isso em si tem implicações sociais negativas. Denota-se que a presença das corporações chinesas não tem promovido o emprego e a melhoria das condições sociais dos cidadãos angolanos; porque até trabalhadores de base como motoristas, pedreiros, carpinteiros são chineses. No entanto, essa culpa recai não apenas a China, mas também ao estado angolano pela forma como os contratos foram celebrados entre os dois países, pelo que deveriam ser revistos para se poder ultrapassar essas querelas.

Quadro 1 - Distribuição da mão-de-obra na parceria China-Angola

| F Financiador | China | Angola | Total | Angolanos (%) |
|---|---|---|---|---|
| Eximbank | 1264 | 1872 | 3137 | 59.7 |
| Empresas Privadas | 509 | 1580 | 2125 | 74.4 |
| T Total | 3355 | 5482 | 8871 | 61.9 |

Fonte: Garrido, 2021. Trabalho de fim do curso com o título "Relação China-Angola: Desenvolvimento socioeconómico pós-guerra civil e os impactos positivos e negativos da relação sino-angolana".

No entanto, a entrada de empresas chinesas trouxe um grande impacto no mercado angolano, uma vez que o preço final do produto entregue por eles estavam abaixo do cobrado pelas demais empresas, seja as portuguesas, angolanas ou brasileiras. Além de utilizar principalmente matéria-prima

ISSN: 2318-1494

oriunda da China. A outra característica das empresas chinesas que ingressaram em Angola deve-se a utilização de mão-de-obra chinesa "maioritária".

Deduz-se que a estratégia deste país em levar a sua mão-de-obra em mercados externo faz parte da estratégia do mesmo em não partilhar o seu *know how* e gastar menos, outrossim, pode ser uma das formas que encontrou para diminuir o crescente índice de desemprego na sociedade chinesa.

Fernandes (2015), destaca que um dos métodos que as que as referidas empresas chinesas utilizam mais da mão-de-obra braçal do que maquinários, gerando uma economia considerável ao evitar a compra de alguns equipamentos. Ademais, os trabalhadores chineses vivem em acomodações temporárias das próprias empresas, nos canteiros de obras, evitando-se assim gastos com transporte e moradia, já que, incluindo a mesma a alimentação é realizada no local de trabalho, produzida por cozinheiros da própria empresa. Outro dado, é que os trabalhadores chineses não recebem um adicional por hora extra, as empresas argumentam que no período chuvoso as horas de trabalho são comprometidas, para compensar os dias chuvosos, em dias secos a carga de trabalho excede às 8 horas, ficando entre 10 e 12 horas, sem o adicional por horas extras.

De acordo com Silva (2012), a entrada de investimentos estrangeiros aos países que solicitam são positivas, isto se partirmos da ideia de que as mesmas criam empregos, facilitam a transferência de tecnologia e *know-how* de que um país tanto precisa. Doutro lado, estes investimentos contribuem na destruição das economias nacionais que pouco beneficiam de sectores de actividades virados exclusivamente para a exportação, o que reduz a capacidade de diversificação produtiva dos países menos desenvolvidos.

Todavia, a presença chinesa em Angola tem como objectivo primário a obtenção do superlucro e não o desenvolvimento das forças produtivas a nível nacional. A exportação de capitais chineses não contribuiu para desenvolver nem a tecnologia e nem a técnica do povo angolano, o país africano continua com uma produção obsoleta, outrossim, a maioria da população angolana é desempregada e pobre; mesmo os que trabalham auferem salários baixos (limitando o poder de compra), não sendo suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas: habitação, alimentação, electricidade, água potável, educação e saúde, só para citar alguns.

Assim, a cooperação entre Angola e China gera diversas críticas, seja por não movimentar a economia interna de Angola, como também, apesar do volume de investimentos e empréstimos vindos da China, os indicadores sociais continuam preocupantes. A esperança média de vida continua baixa, a população vive abaixo da linha da pobreza bem como o custo de vida em Angola que aumenta a cada dia, por isso rejeitamos a hipótese de que a presença chinesa em Angola é sinónima de desenvolvimento socioeconómico para as populações, logo, a relação entre a China e Angola, substancia-se num processo de subordinação deste país africano em relação ao gigante asiático, afigurando-se numa espécie de neocolonização.

## 6 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA COOPERAÇÃO SINO-ANGOLANA

Na última década, na relação entre China-Angola podem ser elencadas algumas vantagens como o aumento da mão-de-obra qualificada, através da cooperação técnica e profissionalizante entre Angola e China, dado este, que podemos confirmar a partir das reuniões periódicas sino-africanas. A mesma visão é partilhada por Lima (2025), ao acrescer que, a cooperação entre os dois países baseia-se na troca de investimentos e a nova estratégia de expansão[3] da China na busca por recursos naturais. Do mesmo modo, o investimento feito pela China em cerca de US$20 bilhões em infra-estrutura e exploração de recursos naturais em Angola até ao ano 2020, reforça a solidez dessa relação estratégica. Outrossim, Angola procura equilibrar essa aproximação bilateral com uma actuação activa em organismos regionais, como a SADC e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), já que a integração nesses blocos amplia a influência política angolana e contribui para a estabilidade económica regional.

Apesar das inúmeras vantagens que foram descritas nessa parte do trabalho, bem como, nas linhas que antecedem este subtítulo, não podemos descordar a ideia clássica pela qual "toda vantagem traz consigo alguma desvantagem", assim, o estudo nos remete não apenas analisar as vantagens da cooperação China-Angola, mais como também analisar as suas variadas desvantagens. Como certifica Lima:

> "No âmbito da cooperação sino-angolana, observam-se desafios significativos, o principal deles é a elevada dependência das receitas provenientes da exportação do petróleo. Essa dependência torna a economia angolana extremamente vulnerável às oscilações do preço internacional do crude, comprometendo o planeamento fiscal e dificultando a busca por um desenvolvimento sustentável" (Lima, 2025, p. 43).

Uma das desvantagens que existe na relação entre os dois países diz respeito a assimetria nas relações bilaterais. Como aflora Fernandes (2011), a China enquanto potência emergente com grande capacidade de negociação, tende a ditar os termos da cooperação, o que pode limitar a autonomia angolana na definição de prioridades e políticas públicas. Essa dinâmica afecta a capacidade de Angola de tomar decisões independentes e de desenvolver sua economia de forma sustentável.

A dependência económica também constitui um obstáculo significativo. O petróleo ocupa posição cimeira na economia angolana, representando cerca de 55% do PIB (Produto Interno Bruto), 90,3% das exportações, 78,6% das receitas fiscais e 80,1% das receitas totais. Essa estrutura faz com que Angola esteja condicionada às volatilidades do mercado petrolífero (Alves, 2007, p. 62, citado por Lima, 2025, p. 43).

[3] Um marco importante dessa expansão foi o lançamento da Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative – BRI), em 2013, por Xi Jinping, e entende-se por um conjunto de programas de investimentos chineses focados em infra-estrutura, abrangendo actualmente de leste e oeste da Europa, com conexões as regiões oriental e central da Ásia, expandindo-se para Rússia, Europa Central, Oriental e África, atingindo também a Europa Ocidental e a América Latina (Lima, 2025).

Um outro aspecto que devemos destacar nesta relação, diz respeito a questão das liberdades e os direitos fundamentais. Salienta Tchinhama (2020, p. 56) que, devido à política de «não ingerência», a China é acusada, algumas vezes por organismos internacionais de prejudicar a democracia no continente africano, de ser condescendente ou mesmo, conivente, em relação à violação dos direitos humanos, deficiente governação e degradação ambiental.

Outrossim, devemos reconhecer que não há interesse por parte dos chineses ou outra potência capitalista em desenvolver a África. Tal como escreveu Walter Rodney "o capitalismo desencorajou sempre a evolução tecnológica de África e bloqueou sempre o acesso à sua própria tecnologia" (Rodney, 1975, p. 154).

No entanto, apesar de a China ter tido um papel importante no apoio à reabilitação das infra-estruturas angolanas, esses financiamentos permitiram ao Governo chinês adquirir vantagens significativas, ao impor a atribuição da execução dos projectos e obras públicas às suas empresas (70% dos concursos em Angola têm que ser entregues a empresas chinesas), com a sua mão-de-obra, tecnologia e materiais importados da China (Tchinhama, 2020, p. 58).

Logo, os dados aqui descritos comprovam a ideia pela qual a China tem tirado várias vantagens no seu relacionamento com Angola, o que nos leva a descartar o tão propagado princípio chinês de vantagens recíprocas (o chamado "win-win"). Em suma, a cooperação sino-angolana apresenta também como desvantagem um desenvolvimento não sustentável, porque os empréstimos concedidos à Angola são pagos pelo petróleo (hipoteca), ou seja, as riquezas do país estão a ser usadas sem se ter em conta o bem-estar das gerações futuras.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio revelou de forma singela que a cooperação sino-angolana se estrutura a partir de uma convergência estratégica de interesses, marcada, sobretudo, pela necessidade chinesa de garantir recursos energéticos e pela urgência angolana de reconstrução nacional no período pós-guerra civil. Os dados históricos, económicos e políticos apresentados demonstram que a intensificação das relações bilaterais, especialmente a partir de 2002, contribuiu de forma significativa para a reabilitação de infra-estruturas essenciais e para a retoma do crescimento económico em Angola, num contexto em que outras alternativas de financiamento internacional se mostravam condicionadas.

Todavia, o estudo evidencia que tais avanços coexistem com limitações estruturais profundas. A dependência excessiva do petróleo, a assimetria nas relações de poder, o reduzido impacto na diversificação produtiva e a fraca transferência de tecnologia e de *know-how* comprometem a sustentabilidade do desenvolvimento angolano. Além disso, a predominância de empresas e mão-de-obra chinesas nos projectos financiados limita a criação de emprego local e o fortalecimento das capacidades produtivas nacionais, reforçando padrões históricos de dependência económica.

Neste sentido, embora a cooperação sino-angolana seja frequentemente apresentada sob a lógica do "ganha-ganha", os elementos analisados sugerem que os benefícios têm sido distribuídos de forma desigual, aproximando-se, em certos aspectos, de dinâmicas associadas ao neocolonialismo contemporâneo. Conclui-se, assim, que a presença chinesa em Angola, apesar de relevante para a reconstrução infra-estrutural, não se traduz automaticamente em desenvolvimento socioeconómico amplo e inclusivo. Torna-se, portanto, imperativo que o Estado angolano redefina os termos desta cooperação, priorizando políticas que promovam a diversificação económica, a valorização da mão-de-obra nacional e a protecção dos interesses das gerações futuras.

ISSN: 2318-1494

## REFERÊNCIAS


Alfredo, A. I. (2023). *COOPERAÇÃO ANGOLA-CHINA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA: ANÁLISE DE IMPACTOS PARA ANGOLA.* UNILAB.

Anna, N. d. (2008). *A China e os "PALOP": Uma análise das realções sino-africanascom efoque nos países de lingua oficial portuguesa.* Universidade de Brasilia: Instituto de Relações Inetrnacionais.

Cabana, S. L. (2014). Cronologia e Histõria da Cooperação SUL-SUL. *Cooperação Sul-Sul* (p. 66). Secretária-Geral Ibero-Americana.

Fernandes, C. (2011). *Contributo de Angola para a Segurança Energética Chinesa. Nação e Defesa.* Universidade do Porto.

Fernandes, S. G. (2015). *Os acordos de financiamento entre a China e Angola: uma reconstrução pós-conflito sem reformas políticas.* Instituto Universtário de Lisboa.

Lima, E. A. (2025). *O PETRÓLEO NA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA: UM ESTUDO DA RELAÇÃO COM A CHINA.* UNILAB.

Parra, G. Q. (2025). *ECONOMIA E GEOPOLITICA: AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E ANGOLA E AS NOVAS FORMAS DE IMPERIALISMO.* UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA.

Pereira, A. C. (2020). *China e Angola: investimentos, dependência e desenvolvimento.* Universidade de Lisboa.

Popov, I. (1982). *Fundamentos da Economia Política: países em vias de desenvolvimento.* Edições Progresso.

RIBEIRO, V. L. (2010). *A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico.* Revista OIKOS.

Rodney, W. (1975). *Como a Europa subdesenvolveu a África.* Seara: Nova Editora.

Rodrigues, B. C. (2021). *Uma abordagem política e económica entre China e Angola.* Universidade do Porto.

Rosinha, M. R. (2011). *A China em África: parceria igual ou desigual.* Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Silva, S. V. (2012). *Introdução às relações internacionais.* Escola- Editora.

Tchinhama, J. O. (2020). *AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA PRESENÇA DA CHINA EM ÁFRICA: O CASO DE ANGOLA (2002-2010).* ISCED-Huíla.

Visentini, P. F. (2010). *A China e a Índia na África: imperialismo asiático ou Cooperação Sul-Sul?* Ciências & Letras.

Wikipédia. (18 de Janeiro de 2026). *WikipédiA*. Obtido de Angola-China relations: https://en.wikipedia.org/wiki/Angola%E2%80%93China_relations?utm_source=chatgpt.com

Zego, A. L. (2010). *Relações Sino-africanas Contemporãneas. Uma análise de dois casos distintos: Agola e Cabo-Verde.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul.


ISSN: 2318-1494